

TRAJETÓRIA ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR GAÚCHO: 2010-15

Gisele da Silva Ferreira

Estatística, Mestre em Economia, Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional
Analista Pesquisadora - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - RS
E-mail: gisele-ferreira@spgg.rs.gov.br

RESUMO

Os Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP representam um grande avanço para os estudos na área da educação, pois possibilitam a compilação de uma base de dados longitudinal de estudantes, conferindo precisão às informações e ampliando as possibilidades de análise. Esses indicadores permitiram um mapeamento da trajetória do aluno do ensino superior e revelaram informações preocupantes a respeito da trajetória escolar no ensino superior gaúcho. Ao mesmo tempo em que a desistência nos cursos atinge o percentual de 64,1%, menos de um quarto dos estudantes concluem seus cursos. A situação é ainda pior nos cursos a distância, onde 73,1% dos alunos desistem de estudar. Os indicadores revelam uma desistência 37,3% maior nas instituições de ensino privadas ao mesmo tempo em que a conclusão dos cursos em instituições públicas é 63,0% maior. Enquanto os cursos das áreas de engenharia, produção e construção exibem as menores taxas de conclusão, os cursos ligados a serviços contam com as maiores. E ao mesmo tempo em que os cursos das áreas das ciências, matemática e computação possuem mais desistências, os cursos ligados à agricultura e veterinária apresentam as menores taxas de desistência. O objetivo deste estudo é trazer novas informações através do cruzamento de dados da base de indicadores de trajetória escolar no ensino superior de forma a servirem de suporte para diferentes análises de eficiência do sistema de ensino, apontarem meios para a redução de desistência escolar e elevação das taxas de conclusão dos cursos no ensino superior gaúcho, bem como embasarem alterações nas ofertas dos cursos.

98

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Ensino Superior; Taxa de Desistência, Taxa de Conclusão, Taxa de Permanência.

SCHOOL TRAJECTORY IN HIGHER EDUCATION IN RIO GRANDE DO SUL STATE: 2010-2015

ABSTRACT

The Indicators of Flow of Higher Education of INEP (National Institute for Educational Studies and Research) represent a significant improvement for the studies in the education area, since they allow the compilation of a longitudinal database of students, giving precision to information and expanding the possibilities of analysis. These indicators allowed a mapping of the trajectory of the higher education student and revealed worrisome information about the school trajectory in higher education in Rio Grande do Sul State. At the same time that dropout rate reaches 64.1%, less than a quarter of the students complete their courses. The situation is even worse in distance learning courses, in which 73.1% of the students drop out. The indicators show a 37.3% higher dropout in private educational institutions whereas the completion of courses in public institutions is 63.0% higher. While engineering, production and construction courses exhibit the lowest completion rates, service-related courses count with the highest ones. At the same time as science, mathematics and computing courses present more dropouts, courses related to agriculture and veterinary have the lowest dropout rates. The objective of this study is to bring new information by crossing data from

the school trajectory indicators base in higher education in order to support different analyzes of the education system efficiency, to point out ways to reduce school dropout and increase completion rates of courses in higher education in the State, as well as to base changes in the courses offer.

KEYWORDS: Education; Higher education; Dropout Rate, Completion Rate, Permanency Rate.

INTRODUÇÃO

Apesar da crescente preocupação por parte dos governos a respeito das altas taxas de desistência e baixas taxas de conclusão escolar no ensino superior, até agora inexistiam formas de calcularem-se essas taxas de forma exata para o universo de alunos do ensino superior e os estudos sobre desistência, permanência e conclusão no ensino superior necessitavam utilizar-se de estimativas dessas taxas. Apesar das muitas políticas nacionais de incentivo ao ingresso e permanência no Ensino Superior no Brasil, tais como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa de Bolsa Permanência (Brasil, 2005; Brasil, 2007; Brasil, 2001; Brasil, 2010; Ministério da Educação, 2010; Ministério da Educação, 2013), entre outros, essas políticas ainda estão longe de suprir as necessidades postas à permanência dos alunos no ensino superior (SILVA & NOGUEIRA, 2016).

O estudo de Honorato (2011) afirma que o acesso ao ensino superior por parte dos estudantes menos privilegiados não é mais um problema, mas sim sua permanência e conclusão, e, a partir da avaliação de alunos beneficiários do Prouni no ensino superior, conclui que "as dificuldades relacionadas à conclusão do ensino superior vão além das limitações econômicas, passando, essencialmente, por um processo de integração à cultura acadêmica". O estudo de Ambiel et al (2016) dispôs-se a identificar os principais motivos para desistência universitária e concluiu que o bom relacionamento estabelecido entre os alunos, junto com o envolvimento com a carreira durante o curso de graduação, está entre as principais razões de permanência escolar. Ambiel et al (2016) também destaca a importância de serem realizados estudos longitudinais futuramente para embasarem estudos aprofundados sobre as influências na decisão dos alunos do ensino superior em manterem-se ou deixarem seus cursos.

Nenhum estudo possibilitava o rastreamento do movimento dos alunos do ensino superior dentro do sistema educacional brasileiro, proporcionando condições de se fazerem estudos aprofundados a respeito de desistência escolar no Ensino Superior (BAGGI & LOPES, 2011). Diante disso, foram

criados os Indicadores de Fluxo da Educação Superior, publicados em janeiro de 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que, pela primeira vez, permitiram que fosse feito um mapeamento da trajetória acadêmica dos estudantes de todas as instituições de ensino superior brasileiras, o chamado acompanhamento longitudinal, viabilizando o cálculo de taxas precisas de desistência, permanência e conclusão escolar do ensino superior no Brasil. Esses indicadores analisaram a trajetória acadêmica dos alunos de todas as instituições de ensino superior do País no período de 2010 a 2015.

O presente estudo tem como objetivo oferecer uma caracterização da desistência, conclusão e permanência escolar com uma visão intrarregional da Educação Superior no estado do Rio Grande do Sul. Num primeiro momento, revela as taxas de desistência, conclusão e permanência escolar do ensino superior gaúcho em geral. Após, são apresentados comparativos das taxas por modalidade de ensino, grandes áreas dos cursos, categoria administrativa, organização acadêmica e grau acadêmico. Por fim, fornece uma visão intrarregional da Educação Superior no estado do Rio Grande do Sul, por meio de Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), Regiões Funcionais (RFs), Aglomerações Urbanas (AUs) e Regiões Metropolitanas (RMs).

MATERIAIS E MÉTODOS

A construção dos Indicadores de Fluxo da Educação Superior é feita a partir dos dados do Censo da Educação Superior, pesquisa estatística que coleta informações de instituições, cursos, alunos e docentes, além de outros dados que permitem mensurar as características da educação superior no Brasil. Os principais indicadores divulgados são: taxa de permanência, taxa de conclusão acumulada e taxa de desistência acumulada dos cursos oferecidos nas instituições de ensino superior brasileiras, construídos de forma a desconsiderar o número de estudantes falecidos no período. A taxa de permanência é o percentual de alunos com vínculo ativo, cursando ou trancado, em relação ao número de estudantes ingressantes no curso em 2010. A taxa de conclusão acumulada é o percentual de alunos que se formaram no curso, em relação ao número de ingressantes em 2010. A taxa de desistência acumulada é o percentual de estudantes que, ingressando em 2010, desistiram do curso. A soma dos três indicadores é de 100% em cada ano do período analisado, visto que todos os alunos do estudo se encaixam em uma das três situações em cada ano da trajetória.

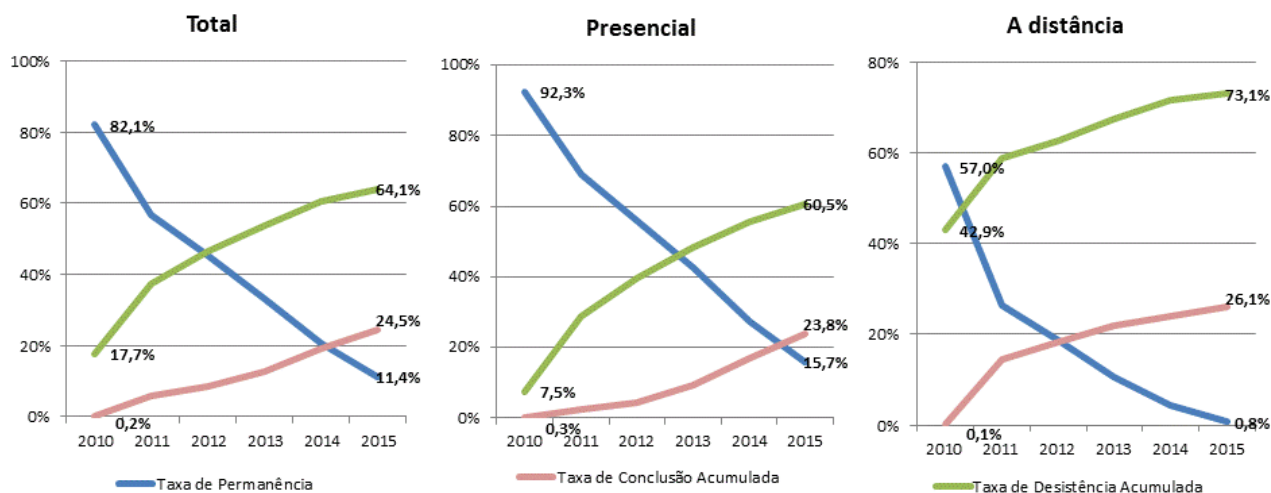
A representação cartográfica das taxas de permanência, conclusão acumulada e desistência acumulada foram feitas utilizando o método de Quebras Naturais (*Natural Breaks*) que, através do algoritmo de *Jenks*, busca agrupar os dados minimizando a variância intra-classes e maximizando a

variância inter-classes, com o objetivo de criar grupos internamente homogêneos e heterogêneos entre si. As análises são apresentadas inicialmente para a totalidade do estado do Rio Grande do Sul e depois em recortes regionais: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), Regiões Funcionais (RFs) e Aglomerações Urbanas (AUs) e Regiões Metropolitanas (RMs).

RIO GRANDE DO SUL

Na trajetória 2010-15, as instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul apresentaram uma taxa de conclusão acumulada de 24,5% e uma taxa de desistência acumulada de 64,1% (Gráfico 1). Em relação à modalidade de ensino, no mesmo período, enquanto os cursos presenciais apresentaram as maiores taxas de permanência (15,7% em 2015), os cursos à distância exibem as maiores taxas de conclusão acumulada (26,1%) e também de desistência acumulada (73,1%) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Indicadores de trajetória da educação superior no RS — 2010-15



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

Os cursos de ensino superior foram classificados em grandes áreas a partir de uma adaptação da metodologia internacional de classificação Eurostat/Unesco/OCDE. No RS, os cursos da área de serviços (ciência aeronáutica, gastronomia, gestão ambiental, turismo, hotelaria, transportes, saúde e segurança no trabalho, etc.) aparecem com as mais elevadas taxas de conclusão acumulada em 2010-15, enquanto os cursos das áreas de engenharia, produção e construção apresentam as mais baixas (Tabela 1).

Tabela 1 - Ranking das grandes áreas dos cursos segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em relação às maiores taxas de conclusão acumulada no RS — 2010-15

POSICÃO	NOME DA GRANDE ÁREA DO CURSO SEGUNDO A OCDE	TAXA DE CONCLUSÃO ACUMULADA
1.º	Serviços	32,1%
2.º	Educação	31,5%
3.º	Agricultura e veterinária	30,8%
4.º	Humanidades e artes	26,2%
5.º	Ciências sociais, negócios e direito	23,1%
6.º	Saúde e bem-estar social	21,9%
7.º	Ciências, matemática e computação ..	18,0%
8.º	Engenharia, produção e construção	12,6%

Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

As menores taxas de desistência acumulada na trajetória analisada foram registradas nos cursos ligados à agricultura e veterinária, seguidos dos cursos de Engenharia, produção e construção. Já as mais elevadas, aparecem em ciências, matemática e computação, seguidas dos cursos relacionados à saúde e bem-estar social (Tabela 2).

102

Tabela 2 - Ranking das grandes áreas dos cursos segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em relação às menores taxas de desistência acumulada no RS — 2010-15

POSICÃO	NOME DA GRANDE ÁREA DO CURSO SEGUNDO A OCDE	TAXA DE DESISTÊNCIA ACUMULADA
1.º	Agricultura e veterinária	52,8%
2.º	Engenharia, produção e construção	62,0%
3.º	Ciências sociais, negócios e direito	62,6%
4.º	Humanidades e artes	62,8%
5.º	Serviços	63,3%
6.º	Educação	64,6%
7.º	Saúde e bem-estar social	69,0%
8.º	Ciências, matemática e computação ..	69,2%

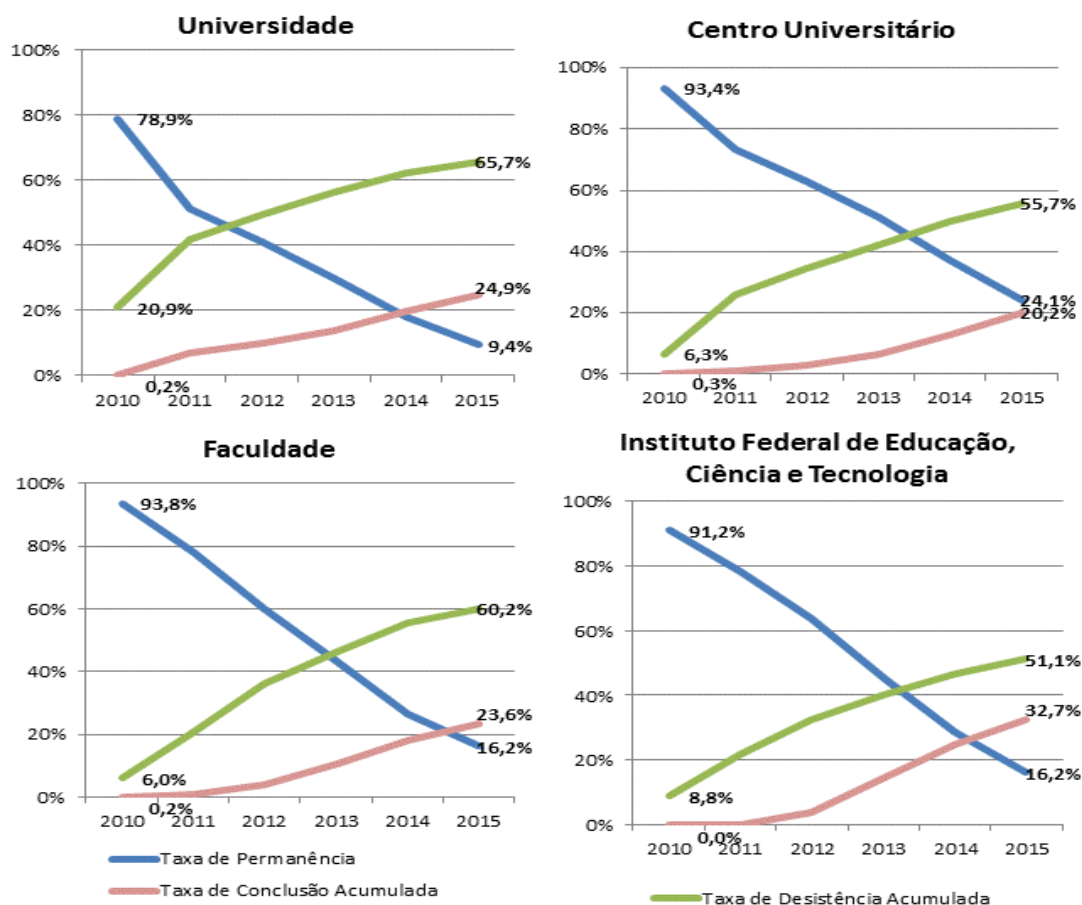
Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

O estudo dividiu a organização acadêmica das instituições em: universidade; centro universitário; faculdade; instituto federal de educação, ciência e tecnologia; e centro federal de educação tecnológica. O Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006 trata das faculdades, universidades e centros universitários do Brasil. Faculdades costumam ser focadas em uma determinada área do

conhecimento e não exigem professores com dedicação integral. Universidades e centros universitários são complexos formados por faculdades. Universidades promovem atividades de ensino, pesquisa e extensão, tem relevante produção científica, possuem no mínimo quatro programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo pelo menos um de doutorado, no mínimo um terço de seu corpo docente tem dedicação em tempo integral à instituição e no mínimo um terço do corpo docente deve ter título de mestrado ou doutorado (Lei 9.394/1996). Pode-se dizer que centro universitário é um meio termo entre universidade e faculdade. Centros universitários podem optar por promover atividades de ensino e extensão, produção de pesquisas e oferecimento de cursos de especialização, mestrado e doutorado. Também é exigido que os centros universitários apresentem no mínimo um terço do corpo docente com título de mestrado ou doutorado (Lei 9.394/1996) e no mínimo um quinto do corpo docente com dedicação em tempo integral à instituição (Decreto 5.786/2006). Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia foram criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, transformando centros federais de educação tecnológica (criados em 1978 para substituir escolas técnicas federais) em institutos federais de educação, ciência e tecnologia, à exceção de dois, um no Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e o outro em Minas Gerais (CEFET-MG) (OTRANTO et al, 2016).

No RS, as universidades apresentaram a maior taxa de desistência acumulada 2010-15 (65,7%), enquanto os institutos federais de educação, ciência e tecnologia registraram a menor (51,1%) (Gráfico 2). A taxa de conclusão acumulada, no mesmo período, dos centros universitários foi a menor (20,2%), ao mesmo tempo em que a dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia foi a maior (32,7%) (Gráfico 2).

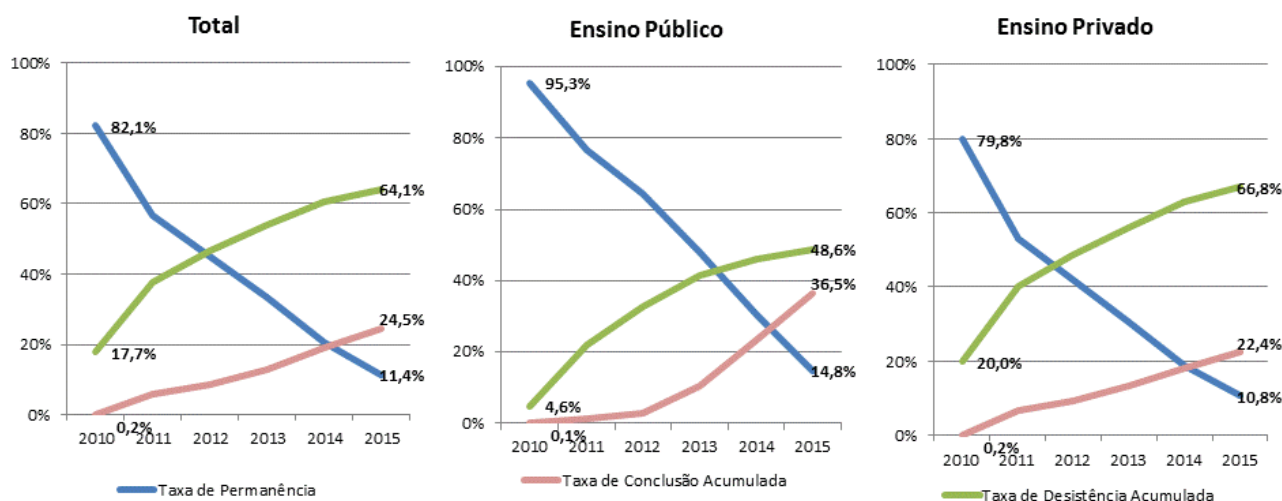
Gráfico 2 - Indicadores de trajetória da educação superior no RS — 2010-15



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), quanto à sua dependência administrativa, as instituições de ensino superior podem ser públicas (federais, estaduais ou municipais) ou privadas. As maiores diferenças encontradas entre os indicadores de trajetória acadêmica do ensino superior gaúcho estão na categoria administrativa das instituições de ensino. Na comparação entre instituições de ensino públicas e privadas, na trajetória 2010-15, as taxas de conclusão acumuladas das públicas foram 63% maiores do que as privadas, ao mesmo tempo em que as taxas de desistência acumulada das privadas foram 37% maiores do que as públicas (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Indicadores de trajetória da educação superior no RS — 2010-15

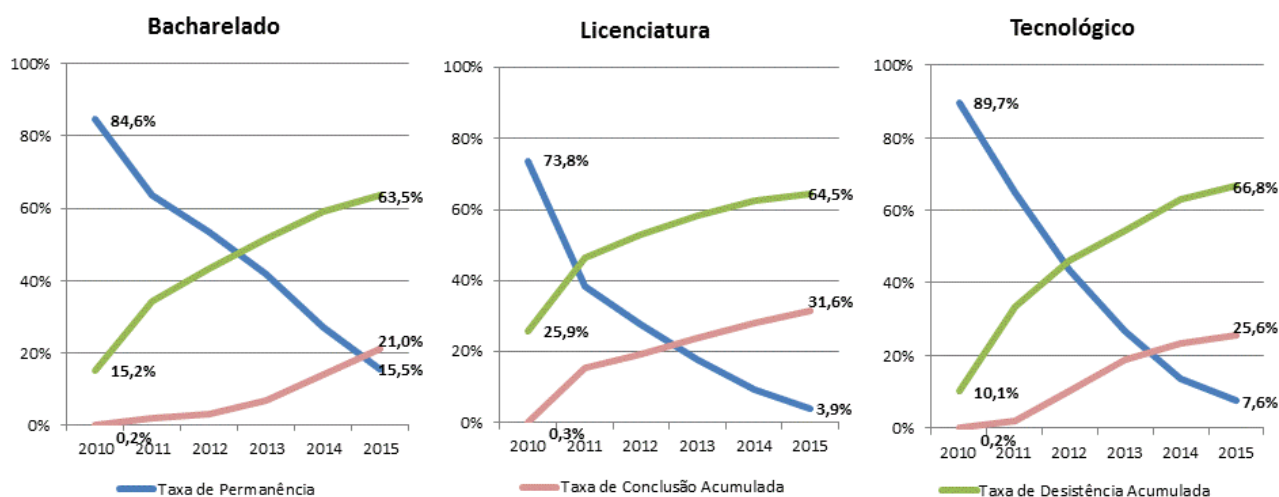


Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

Quanto ao grau acadêmico, os cursos foram classificados em: bacharelado, licenciatura e tecnológico. Na trajetória em análise, no RS, o bacharelado apresenta a maior taxa de permanência (15,5%); a licenciatura, a maior taxa de conclusão acumulada (31,6%); e o tecnológico, a maior taxa de desistência acumulada (66,8%) (Gráfico 4).

105

Gráfico 4 - Indicadores de trajetória da educação superior no RS — 2010-15



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

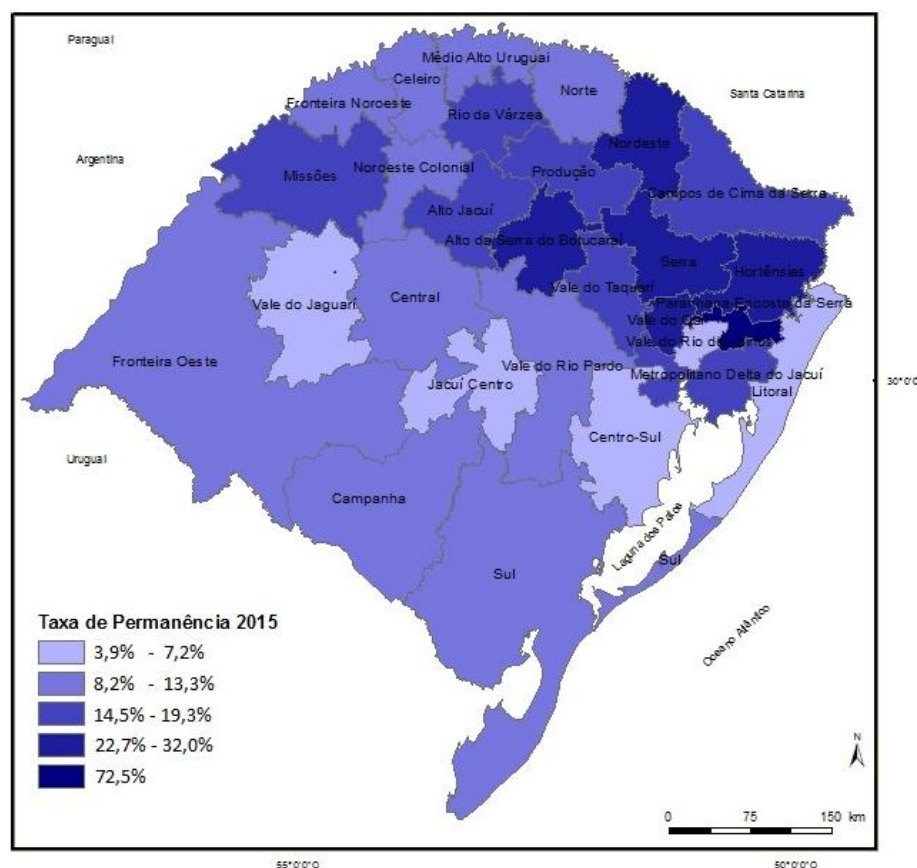
CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO - COREDES

Os debates a respeito do tema das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul propiciaram a criação dos COREDEs, que surgiram com o objetivo de articular atores políticos, econômicos e sociais para sua participação na promoção do desenvolvimento regional. Segundo Bandeira (2010), os COREDEs podem ser considerados uma das mais bem-sucedidas práticas de estímulo ao desenvolvimento regional do País. Os COREDEs “têm como objetivos identificar os obstáculos e priorizar potencialidades para propiciar alternativas para o desenvolvimento das macrorregiões do estado” (AMARAL, 2007). Esses Conselhos “crescentemente vêm sendo utilizados como recorte regional em estudos que visam subsidiar a formulação do planejamento estadual” (JARDIM, 2005).

Os COREDEs foram legalmente instituídos pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. Após variados estudos apontarem a presença de desigualdades regionais no Rio Grande do Sul, a Administração Estadual do período 1991-1994 promoveu a instituição dos COREDEs seguindo contiguidades territoriais e características geográficas, econômicas, sociais e culturais.

As mais altas taxas de permanência concentram-se no Nordeste do Rio Grande do Sul (Figura 1). O COREDE Paranhana-Encosta da Serra, onde se localiza as Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), apresenta ao mesmo tempo a maior taxa de permanência, de 72,5% (Figura 1), e as menores taxas de conclusão e desistência acumulada, de 3,5% e 24,0% respectivamente. Já o COREDE Vale do Jaguarí, onde se localizam a unidade de Santiago da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha no município de São Vicente do Sul, tem a menor taxa de permanência, de 3,9%.

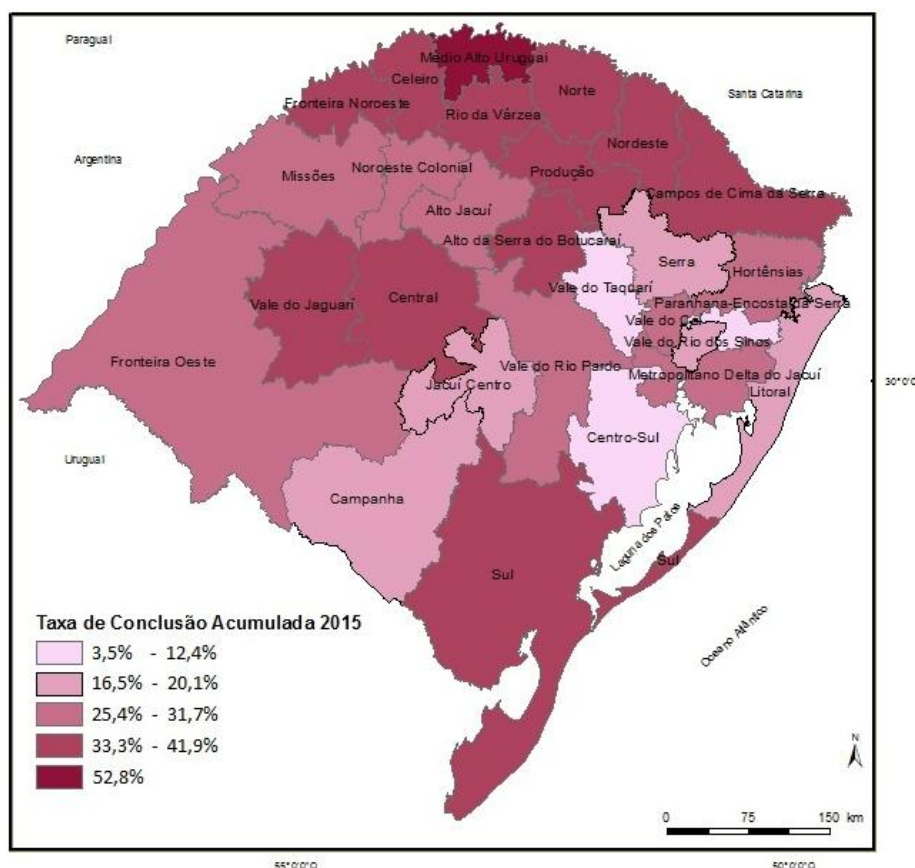
Figura 1 - Taxa de Permanência da educação superior por COREDE no RS — 2015



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

O COREDE Médio Alto Uruguai, onde se localizam as unidades de Frederico Westphalen da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, é o único em que, em média, mais da metade dos alunos (52,8%) conseguem concluir seus cursos superiores até o sexto ano (Figura 2).

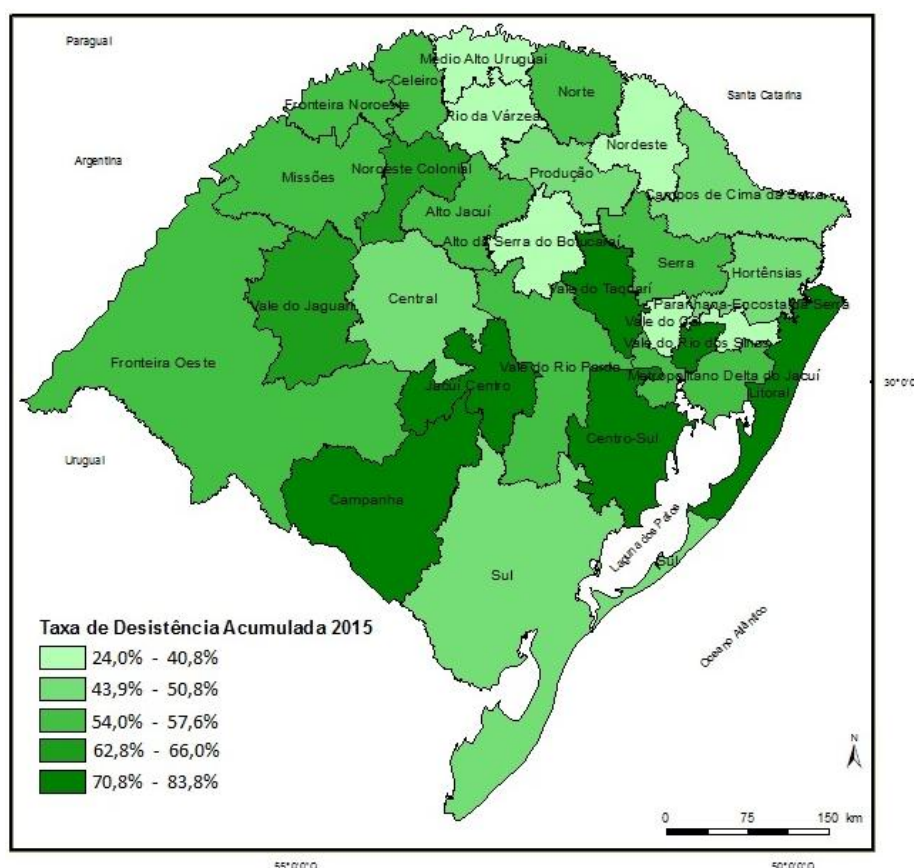
Figura 2 - Taxa de Conclusão Acumulada da educação superior por COREDE no RS — 2015



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

As mais baixas taxas de desistência concentram-se no norte e nordeste gaúchos (Figura 3). O COREDE Centro-Sul, onde se localizam a unidade de São Jerônimo da Universidade Luterana do Brasil, a unidade de Tapes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e a Faculdade Camaquense de Ciências Contábeis e Administrativas, exibe a maior taxa de desistência acumulada, de 83,8% (Figura 3), seguido do Jacuí Centro (76,4%), Litoral (75,1%) e Vale do Rio dos Sinos (74,8%).

Figura 3 - Taxa de Desistência Acumulada da educação superior por COREDE no RS — 2015



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

Os Gráficos 5, 6 e 7 foram divididos em quatro grupos, conforme o Quadro 1, que nos permitem analisar, simultaneamente, as taxas de conclusão e desistência acumuladas dos COREDEs. Os grupos do Quadro 1 foram definidos da seguinte forma:

- **1º Quadrante:** Taxas de conclusão e desistência acumuladas superiores às taxas médias estaduais. Recomendação: concentrar os esforços na redução do número de desistências dos alunos no ensino superior.
- **2º Quadrante:** É o cenário mais preocupante: conclusão abaixo e desistência acima das médias gaúchas. Recomendação: é onde os esforços e investimentos precisam ser mais elevados, tanto para redução das desistências, quanto para o aumento dos concluintes dos cursos de ensino superior.

- **3º Quadrante:** Taxas de conclusão e desistência acumuladas inferiores às taxas médias estaduais. Recomendação: centralizar ações no aumento do número de conclusões dos cursos das instituições de ensino superior.
- **4º Quadrante:** É o que representa a melhor situação: conclusão superior e desistência inferior às taxas médias no Rio Grande do Sul. Recomendação: manter e intensificar as ferramentas utilizadas no aperfeiçoamento de oferta e demanda no ensino superior.

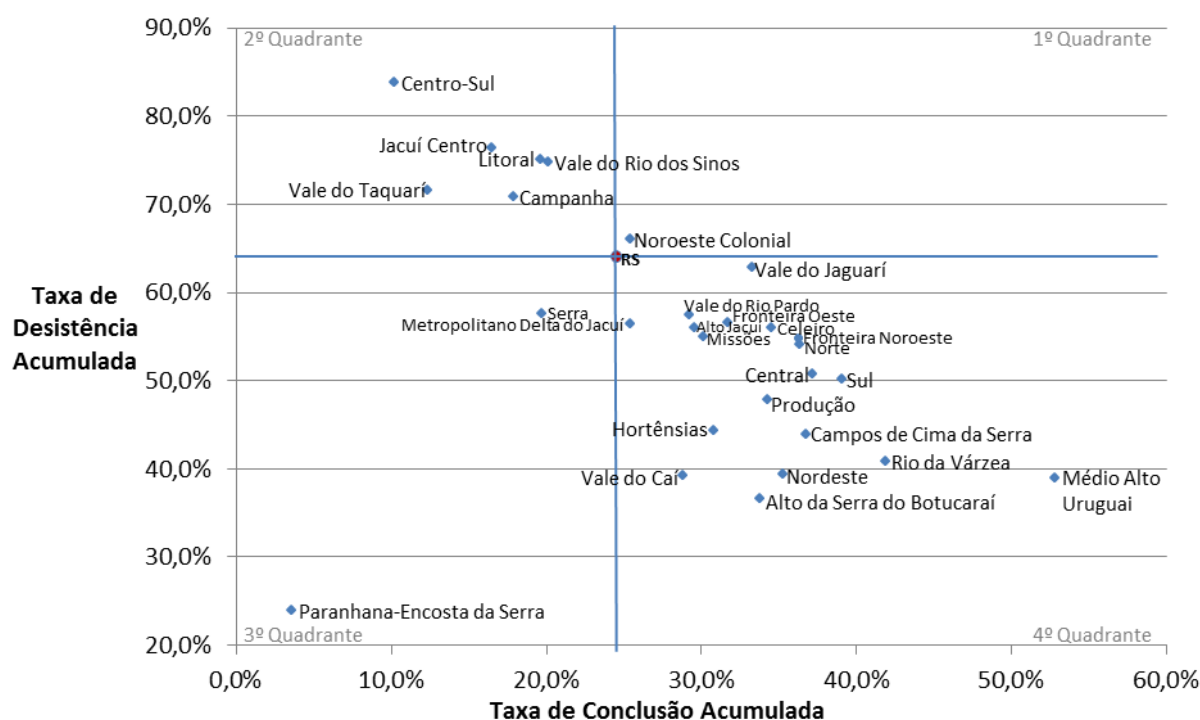
Quadro 1 – Classificação das Relações entre Taxa de Conclusão Acumulada e Taxa de Desistência Acumulada em Quadrantes

		Taxa de Conclusão Acumulada	
		Baixa	Alta
Taxa de Desistência Acumulada	Alta	2º Quadrante	1º Quadrante
	Baixa	3º Quadrante	4º Quadrante

Os COREDEs que se encontram no 1º Quadrante apresentam as taxas de conclusão e de desistência acumuladas superiores às taxas médias estaduais. De forma oposta, os que se encontram no 3º Quadrante apresentam essas mesmas taxas inferiores às estaduais. A maior parte dos COREDEs se localiza no 4º Quadrante, que representa a melhor situação: conclusão superior à média e desistência inferior à média do Estado, onde se sobressai o Médio Alto Uruguai. E, por último, o 2º Quadrante, que, contrastando com o 4º, corresponde a pior situação: desistência superior à média e conclusão inferior à média estadual, onde se destaca o Centro-Sul.

O Gráfico 5 aponta que o COREDE Serra e, principalmente, o Paranhana-Encosta da Serra, precisam concentrar seus esforços no aumento do número de conclusões dos cursos de ensino superior. Já o Noroeste Colonial deve focar seu empenho na redução das desistências a fim de aprimorar a educação superior em seu território.

Gráfico 5 – Taxa de Desistência Acumulada e Taxa de Conclusão Acumulada dos Coredes e do Rio Grande do Sul – 2015



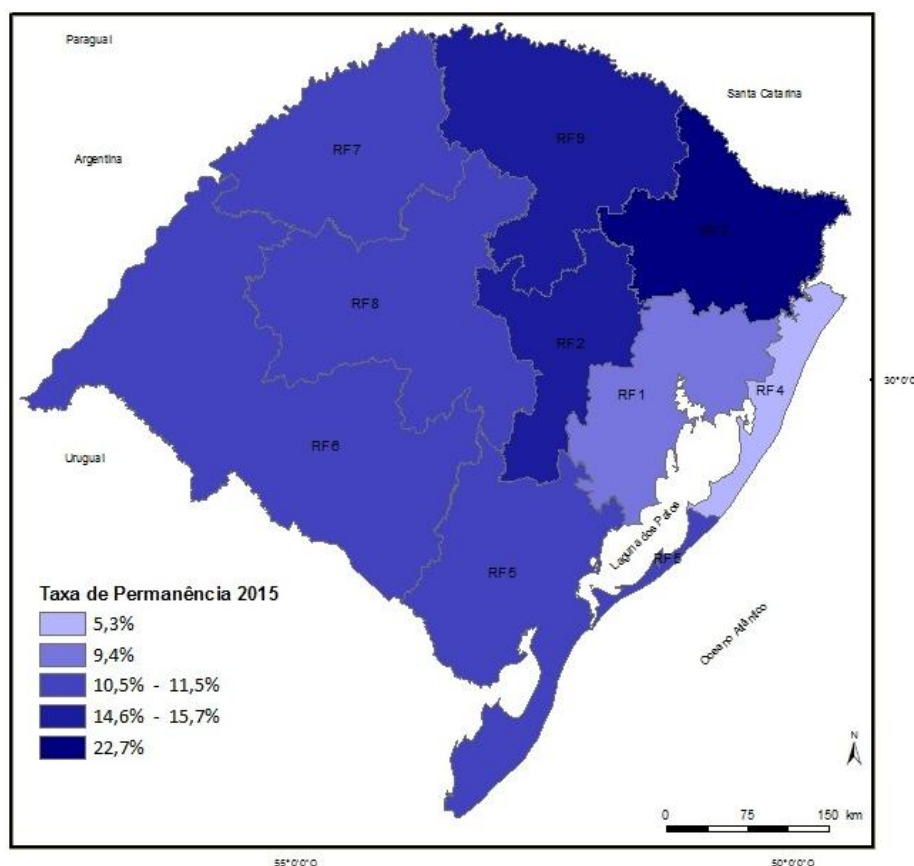
Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

REGIÕES FUNCIONAIS

Regularidades espaciais existentes no Rio Grande do Sul, obtidas por avaliações das dimensões econômica, de infraestrutura, demográfica, social, de informação e conhecimento, de meio-ambiente, político-institucional e de organização territorial, articularam uma "regionalização funcional" para o Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2006). Os COREDEs foram então agrupados em nove Regiões Funcionais de Planejamento (RFs), com base em critérios de homogeneidade dessas dimensões. A regionalização dos COREDEs e das RFs corresponde às escalas utilizadas atualmente como referência para elaboração de vários instrumentos de planejamento.

Na trajetória do estudo, a RF3 apresenta a maior taxa de permanência, de 22,7% (Figura 4) e a RF4 exibe, ao mesmo tempo, a maior taxa de desistência acumulada, de 75,1% (Figura 6), e as menores taxas de permanência e conclusão acumulada, de 5,3% e 19,6%, respectivamente. As menores taxas de conclusão acumulada concentram-se no leste gaúcho (Figura 5).

Figura 4 - Taxa de Permanência da educação superior por Regiões Funcionais no RS — 2015



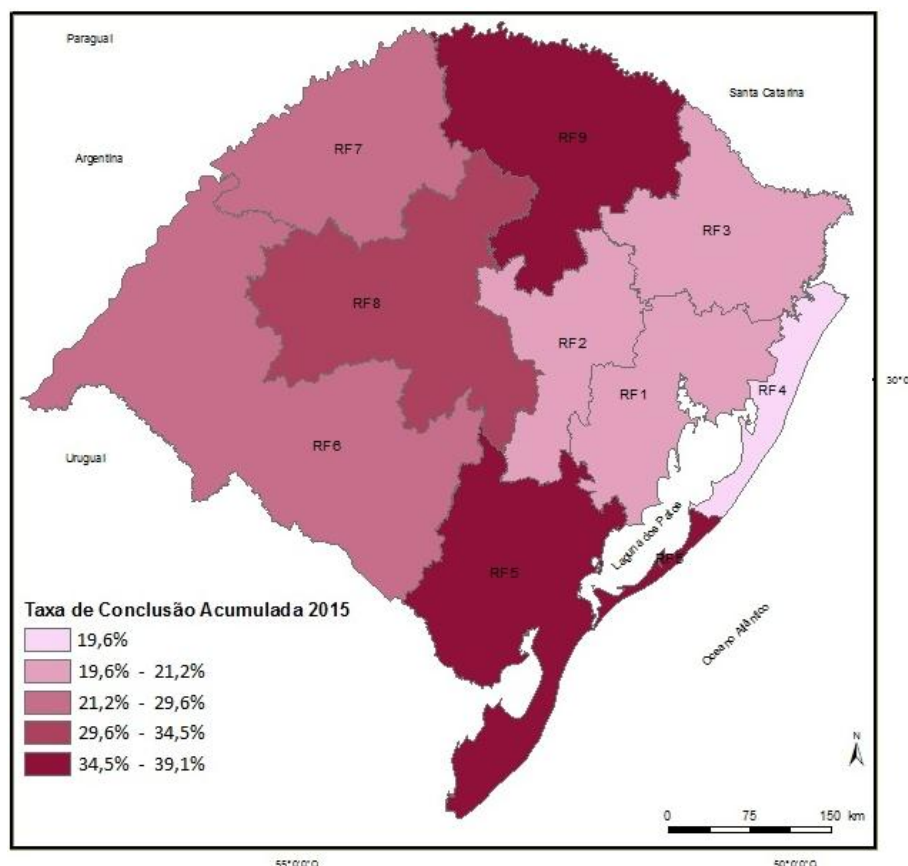
Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

A RF5 apresenta a maior taxa de conclusão acumulada, de 39,1% (Figura 5). A RF9 apresenta a menor taxa de desistência acumulada, de 47,5% (Figura 6).

De acordo com o Gráfico 6, as RF 5 e RF 9 se sobressaem com as melhores taxas de trajetória escolar no ensino superior, seguidas da RF 8 e RF 7. Já a RF 4 se destaca com as piores taxas, seguida da RF 1 e RF 2.

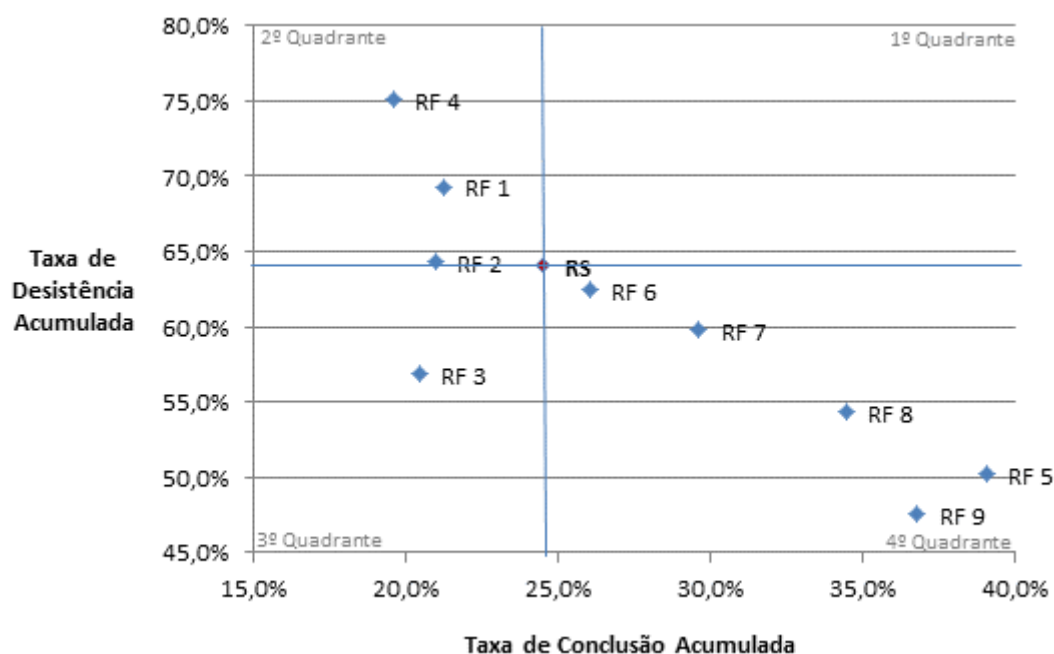
O Gráfico 6 aponta que, na RF 3, é mais importante o aprimoramento de ferramentas que incentivem a conclusão dos cursos de ensino superior do que de instrumentos para evitar a desistência escolar. Já nas RF 4 e RF 1, é necessário que se concentrem esforços tanto em mecanismos de incentivo à conclusão quanto em técnicas de redução da desistência escolar.

Figura 5 - Taxa de Conclusão Acumulada da educação superior por Regiões Funcionais no RS — 2015



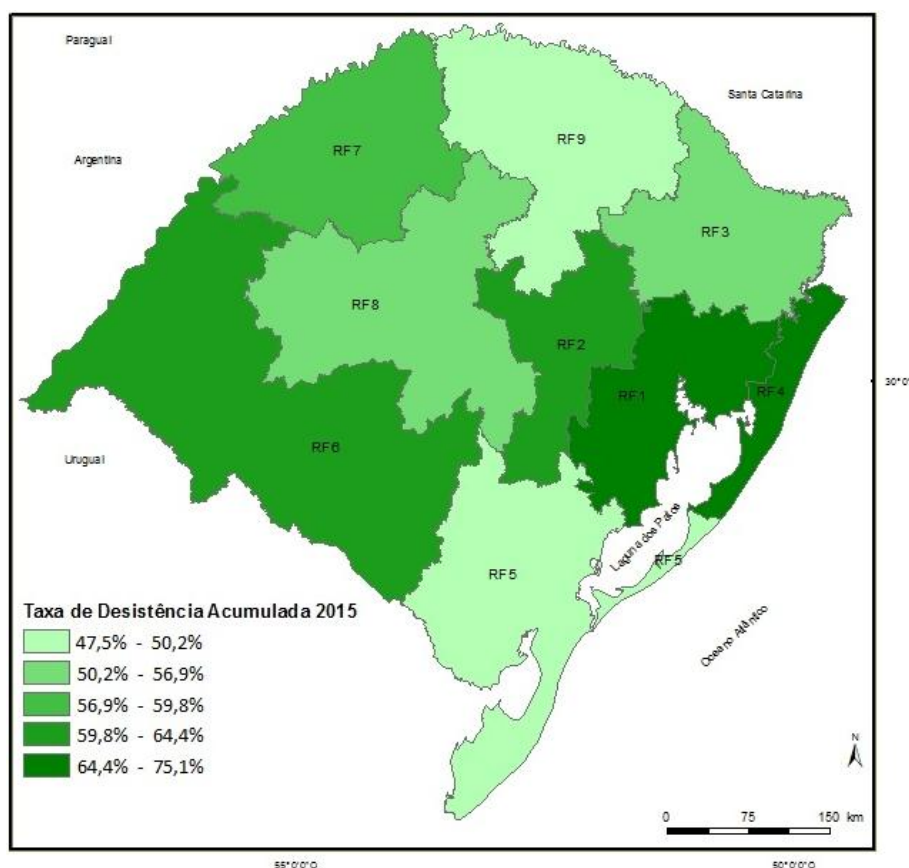
Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

Gráfico 6 - Taxa de Desistência Acumulada e Taxa de Conclusão Acumulada das Regiões Funcionais e do Rio Grande do Sul – 2015



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

Figura 6- Taxa de Desistência Acumulada da educação superior por Regiões Funcionais no RS — 2015



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

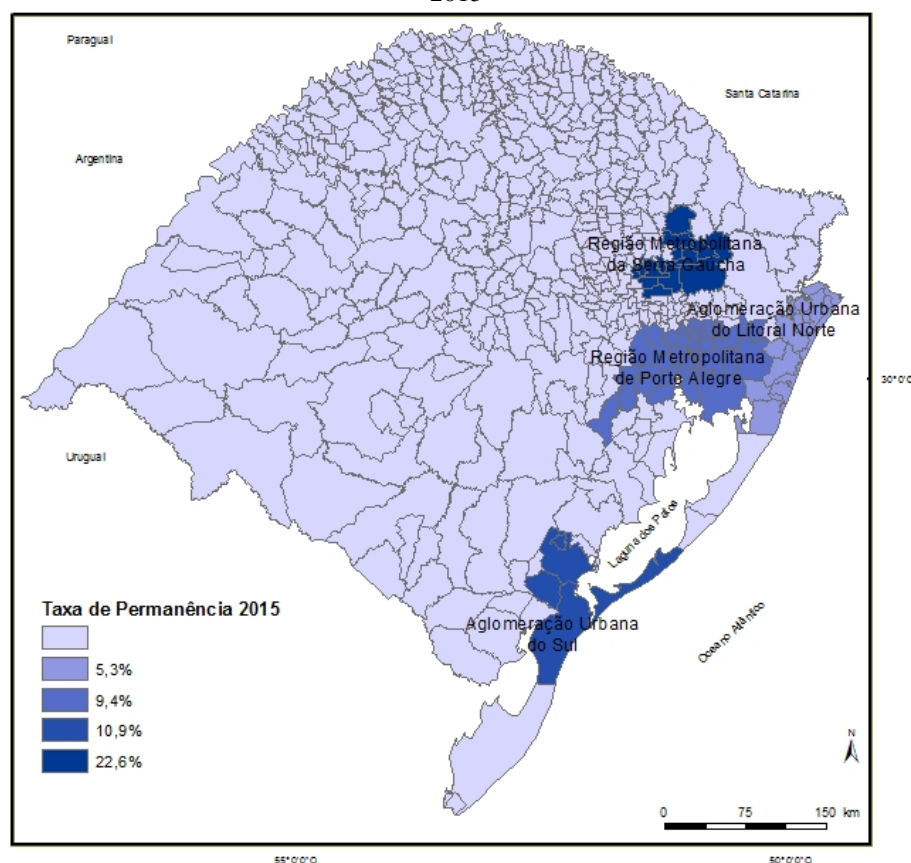
AGLOMERAÇÕES URBANAS E REGIÕES METROPOLITANAS

Até os anos 70, a economia gaúcha era alicerçada na agropecuária e, a partir desse período, ela passou a apresentar perfil urbano-industrial (BARCELLOS, 2000). Ao mesmo tempo em que consolidou-se a urbanização no Rio Grande do Sul, começaram a surgir fenômenos aglomerativos no Estado, que evoluíram para a institucionalização de quatro aglomerações urbanas, sendo duas metropolitanas.

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) foi criada em 1967 e institucionalizada através da Lei Complementar nº 14/1973. A Aglomeração do Sul (AUSUL) foi criada em 1990 pela Lei Complementar nº 9.184/1990 e modificada em 2002 pela Lei Complementar nº 11.876/2002. A Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) foi criada em 1994 pela Lei Complementar nº 10.335/1994 e transformada na Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSERRA) pela Lei Complementar nº 14.293/2013 em agosto de 2013, adicionando os municípios de Antônio Prado, Ipê e Pinto Bandeira. A Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINORTE) foi criada em 2004 pela Lei Complementar nº 12.100/2004.

A Aglomeração Urbana do Litoral Norte apresenta ao mesmo tempo a menor taxa de permanência, de 5,3% (Figura 7), e a maior taxa de desistência acumulada, de 75,1% (Figura 9).

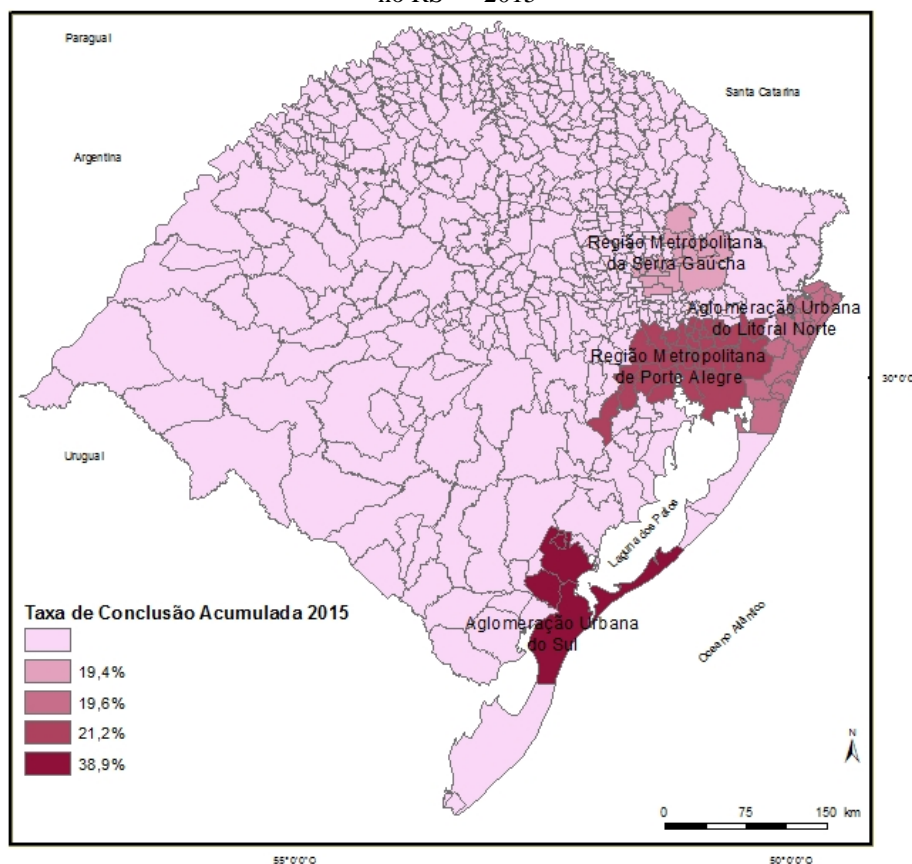
Figura 7 - Taxa de Permanência da educação superior por Aglomerações Urbanas e Regiões Metropolitanas no RS — 2015



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

A AUSUL apresenta ao mesmo tempo a melhor taxa de conclusão, de 38,9% (Figura 8), e a menor de desistência acumulada, de 50,2% (Figura 9). Já a RMSERRA apresenta a pior taxa de conclusão entre as AUs e RMs do Estado. A Região Metropolitana da Serra Gaúcha se destaca, ao mesmo tempo, com a maior taxa de permanência, de 22,6% (Figura 7) e a menor taxa de conclusão acumulada, de 19,4% (Figura 8).

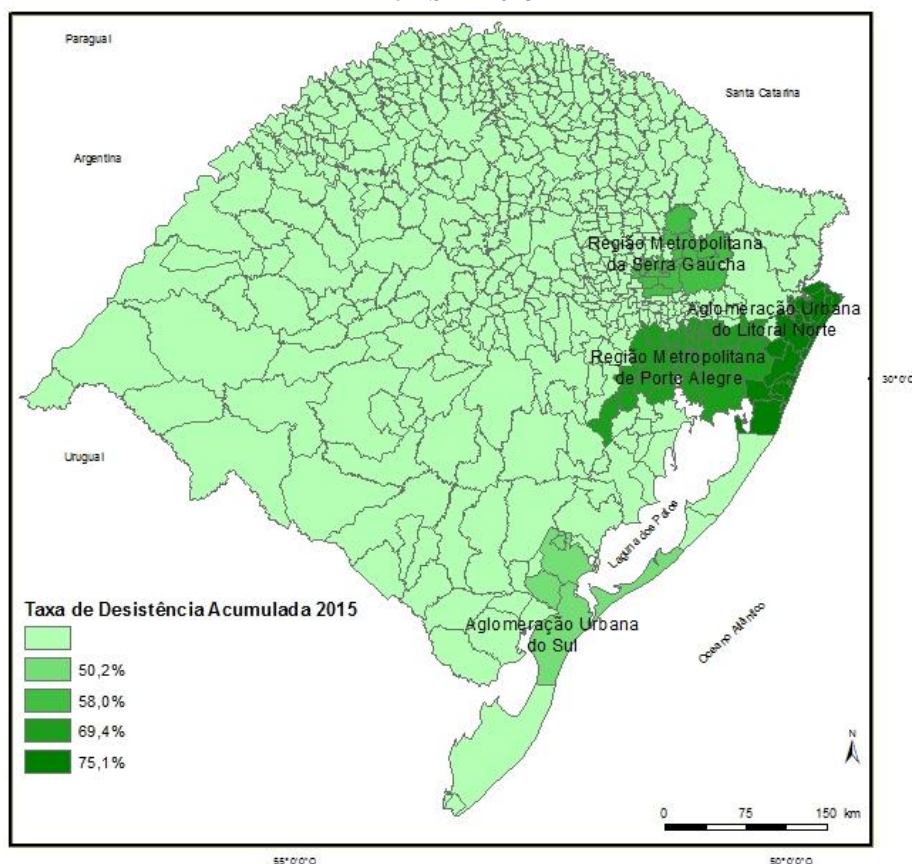
Figura 8 - Taxa de Conclusão Acumulada da educação superior por Aglomerações Urbanas e Regiões Metropolitanas no RS — 2015



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

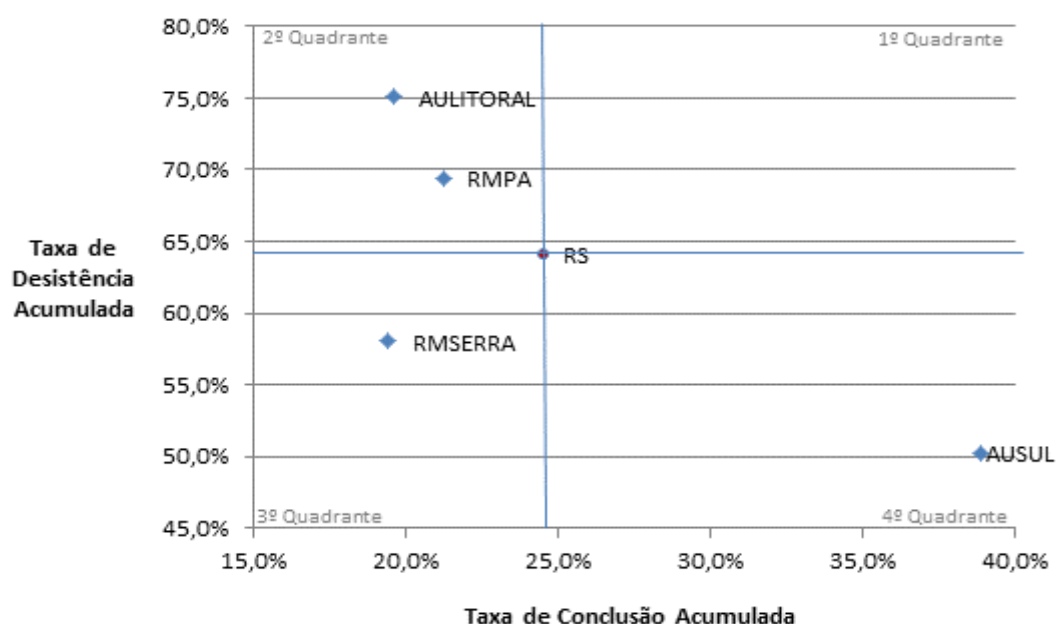
De acordo com o Gráfico 7, a AUSUL se distingue com as melhores taxas de trajetória escolar no ensino superior. Já a AULITORAL se destaca negativamente com as piores taxas, seguida da RMPA.

Figura 9 - Taxa de Desistência Acumulada da educação superior por Aglomerações Urbanas e Regiões Metropolitanas no RS — 2015



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

Gráfico 7 - Taxa de Desistência Acumulada e Taxa de Conclusão Acumulada das Aglomerações Urbanas, das Regiões Metropolitanas e do Rio Grande do Sul – 2015



Fonte dos dados brutos: Indicadores de Fluxo da Educação Superior do INEP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A viabilização do cálculo de indicadores de trajetória acadêmica representa um grande avanço para os estudos na área da educação. O mapeamento dos indicadores de trajetória dos alunos no ensino superior possibilita a compilação de uma base de dados longitudinal dos estudantes, conferindo precisão às informações e ampliando as possibilidades de análise, que podem tanto revelar importantes evidências a respeito da eficiência do sistema de ensino, quanto apontar os meios para se reduzirem as taxas de desistência escolar e se elevarem as taxas de conclusão dos cursos nas instituições de ensino brasileiras.

As menores taxas de conclusão acumulada concentram-se no leste, as mais altas taxas de permanência concentram-se no nordeste e as mais baixas taxas de desistência concentram-se no norte e nordeste gaúchos. O estudo apontou que os problemas na trajetória escolar do ensino superior nos COREDE Serra e, principalmente, no Paranhana-Encosta da Serra, estão no baixo número de conclusões dos cursos de ensino superior. Já no Noroeste Colonial, o principal problema são os altos índices de desistências. Já o Médio Alto Uruguai deve seguir atuando nas mesmas políticas adotadas, a fim de aprimorar a educação superior em seu território e no Centro-Sul urge focar em altos investimentos em estudos que apontem por que motivo esta é a região que apresenta os piores índices de trajetória no ensino superior gaúcho.

118

Os indicadores de fluxo acadêmico no ensino superior permitem a criação de mecanismos para o acompanhamento de todos os cursos oferecidos por instituições de educação superior brasileiras. As trajetórias podem servir de base para diferentes análises, bem como de medida do êxito dos cursos quanto à capacidade de produzir concluintes. Os dados podem ser utilizados para possibilitar um maior controle da demanda e oferta dos cursos nas instituições de ensino superior.

Este estudo permitiu que fossem localizados gargalos na educação superior do Rio Grande do Sul e produzidas recomendações que apontam para onde é mais necessário dar-se o foco dos investimentos na educação superior em cada região do Estado, visando o aperfeiçoamento do ensino superior gaúcho.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S.; MARION FILHO, P. J.; CORONEL, D. A. Análise das desigualdades entre os Coredes no período de 1990 a 2003: origem e evolução. **Perspectiva Econômica**, v. 3, n. 1, p. 62-81, 2007.

AMBIEL, R. A. M.; SANTOS, A. A. A.; DALBOSCO, S. N. P.. Motivos para evasão, vivências acadêmicas e adaptabilidade de carreira em universitários. **Psico**, v. 47, n. 4, p. 288-297, 2016.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A.. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior**: uma discussão bibliográfica. 2011.

BANDEIRA, P. S. Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: os Coredes do Rio Grande do Sul. In: COELHO, L. G. J.; FRIZZO, A. P.; MARCONDES, V. (Orgs.). **PRÓ-RS IV**: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul (2011-2014). Rio Grande do Sul: Passografic, 2010.

BARCELLOS, T. O panorama recente das migrações no Brasil: a situação do RS e da RMPA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 181-200, 2000.

BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nº 248, Seção 1, p. 27.833, 23 dez. 1996.

BRASIL. LEI No 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Seção 1, p. 2.

BRASIL. LEI No 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Seção 1, p. 7.

BRASIL. DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 6.

BRASIL. DECRETO Nº 5.786, de 24 de maio de 2006. Dispõe sobre os centros universitários, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 25 maio 2006.

BRASIL. DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Seção 1, p. 7.

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 5.

HONORATO, G. S. A Permanência de Estudantes de Origem Popular no Ensino Superior: O Caso Dos Alunos Beneficiários do Prouni. **Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura - REHUTEC**, v. 1, n. 1, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Indicadores de Fluxo da Educação Superior. Base de Microdados**, 2018.

JARDIM, M. L.; BARCELLOS, T. M. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intrarregional através dos Coredes. **Ensaio FEE**, v. 26, p. 143-170, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). PORTARIA NORMATIVA Nº- 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 27 jan. 2010; Seção 1:18.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). PORTARIA Nº- 389, DE 9 DE MAIO DE 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 13 mai. 2013; Seção 1:12.

OTRANTO, C. R.; PAIVA, L. D. C. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Questões da Expansão da Educação Superior no Cenário do Financiamento. In: XXIV Seminário Nacional Universitas/BR: Dívida Pública e Educação Superior no Brasil, 2016, Maringá. **Anais do XXIV Seminário Nacional Universitas: Dívida Pública e Educação Superior no Brasil**. Maringá: Editora da UEM, 2016. v. 1. p. 323-338.

120

RIO GRANDE DO SUL. Rumos 2015: estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul. Documento síntese. Secretaria da Coordenação e Planejamento Estratégico (SCP). Departamento de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Estratégico (DEPLAN) e Departamento de Coordenação e Acompanhamento de Projetos de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (DECAPET). Porto Alegre: SCP, 2006.

SILVA, M G. M.; NOGUEIRA, P. S.. A permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil. **Revista da Faculdade de Educação – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso – FAED/UNEMAT**. Unemat Editora, Vol. 25, Ano 14, Nº 1, p. 111-129, jan./jun. 2016.

Recebido em: 27/04/2018
Aceito em: 28/11/2018